RACISMO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA PSICO-SOCIOAMBIENTAL: EXERCÍCIO ANALÍTICO NO CONTEXTO DAS CONTRIBUIÇÕES DE ENRIQUE LEFF

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria[1]
Irlanda Pires de Sá Sousa[2]
Marcleide Sampaio Oliveira[3]
Leonardo Victor de Sá Pinheiro[4]
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa[5]

Resumo: A pesquisa discute criticamente a disseminação do conhecimento sobre racismo ambiental no horizonte da psicologia, partindo de dados bibliométricos da base SCOPUS, visando expandir a compreensão do tema em contexto de desastres em relação às repercussões no âmbito da saúde mental. Evidencia-se um panorama crescente de estudos sobre racismo ambiental e saúde e a necessidade de intervenções culturalmente sensíveis para promover a equidade na saúde. Os estudos, porém, não avançam em debates favoráveis à compreensão dos processos psico-socioambientais, relação pessoa-ambiente desde uma perspectiva endógena, inscritos no ser-território de significação da vida, que se discute adotando concepções de Enrique Leff.

Palavras-chave: Racismo Ambiental; Psicologia; Racionalidade Ambiental; Saúde Mental.

[1]Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. E-mail: bianapsq@hotmail.com,
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0008637422329772
[2] Instituto Federal do Piauí – IFPI. E-mail: irlandapires@ifpi.edu.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3899517397435522
[3] Faculdade Luciano Feijão – FLF. E-mail: marcleidesampaio19@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8253863475107690
[4] Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: leonardopinheiro@hotmail.com,
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8674914667876098
[5] Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: flsbarbosa@ufpi.edu.br,
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3271567015867945

Abstract: The research critically discusses the dissemination of knowledge on environmental racism in psychology, based on bibliometric data from the SCOPUS database, with the aim of expanding the understanding of the topic in the context of disasters in relation to the repercussions in the field of mental health. There is a growing panorama of studies on environmental racism and health and the need for culturally sensitive interventions to promote health equity. The studies, however, do not advance in debates favorable to understanding psycho-socio-environmental processes, the person-environment relationship from an endogenous perspective, inscribed in the being-territory of the meaning of life, which is discussed adopting Enrique Leff's conceptions.

Keywords: Environmental Racism; Psychology; Environmental Rationality; Mental Health.

Introdução

O racismo ambiental, como discutido em múltiplos contextos, refere-se à exposição injusta das minorias étnicas a variadas condições de risco, como exposição aos poluentes tóxicos, ao mesmo tempo que lhes é negado o acesso a recursos essenciais, como ar e água limpos (Hoffman, 2022; Martins, 2022; Soto, Dawson-Andoh; Witherspoon, 2016). Abordagens antirracistas na investigação em saúde ambiental, por exemplo, enfatizam políticas desafiadoras que sustentam as desigualdades raciais, sugerindo ser necessário maior envolvimento de lideranças comunitárias, traduzindo investigações em ação, para combater as injustiças ambientais (Hoggard, et al., 2022).

Estudo de Chong e Srebot (2022), por exemplo, ressalta que a distribuição social dos problemas de saúde mental, incluindo depressão e ansiedade, é influenciada por fatores, como raça, gênero e situação socioeconômica, refletindo o racismo ambiental. Segundo Hughey (2022), as narrativas racializadas e os limites simbólicos são utilizados para atribuir culpas e responsabilidades em contexto de desastres ecológicos.

O racismo ambiental também se relaciona à psicologia e à saúde, considerando suas repercussões em relação às desigualdades de saúde mental entre comunidades marginalizadas (Martins, 2022). Estudos, como os de Hoffman (2022), Martins (2022) e Soto, Dawson-Andoh e Witherspoon (2016), indicam que experiências raciais e a falta de diversidade nos ambientes podem mobilizar sofrimento e adoecimento, como a depressão. Além disso, os estudos ressaltam a correlação entre racismo, injustiças ambientais e saúde mental, especialmente em grupos historicamente subalternizados, enfatizando a necessidade de uma reflexão crítica sobre as condições sociais da saúde e o papel do racismo na formação do bem-estar e da saúde mental (Soto; Dawson-Andoh; Witherspoon, 2016).

Nesse sentido, Andrews (2021) afirma que o racismo não é simples de ser solucionado e é considerado uma problemática de saúde pública. Assim,

compreender e abordar o racismo ambiental supõe reconhecer o tema ante à promoção de equidade, do bem-estar e da saúde mental entre as populações em condições de vulnerabilidade socioambiental, como, por exemplo, promovendo a eco justiça, programas sustentáveis e o empoderamento comunitário (Wilkins; Schulz, 2023). Nesse caminho, compreender as emoções e a subjetividade como inseparáveis dos fatores sociais, pessoais e ambientais pode suscitar outras leituras à psicologia (Martins, 2022). Processos de subjetividade no contexto dos desastres, na perspectiva de entendimentos sobre saúde mental, sugerem explorar caminhos emergentes de pesquisa (Cal Seixas; Nunes 2017), incluindo entendimento de que as categorias raciais e os discursos ambientais podem referir as percepções de pertencimento e exclusão, influenciando a relação pessoa-ambiente, em contexto social e ambiental (Hickcox, 2017). Essas percepções suscitam considerar o impacto dos riscos ambientais nas populações vulneráveis e a necessidade de intervenções proativas de saúde mental na preparação para desastres e nos esforços de resposta (Chong; Srebot, 2022).

Berroeta et al. (2020) e Berroeta e Pinto de Carvalho (2022), por exemplo, ressaltam a importância de considerar fatores psicosocioambientais em comunidades afetadas por desastres, destacando a relevância da psicologia ambiental e comunitária na análise de aspectos subjetivos das relações pessoas-lugar pós-desastres. Nesse caminho, Carvalho e Oliveira (2020) falam sobre a necessidade de reposicionar a subjetividade na investigação em saúde mental para compreender os caminhos emergentes relacionados às mudanças ambientais, que mobilizam entendimentos sobre a relação pessoa-ambiente que situe lógica distinta da concepção de mercado, que contribui para o avanço das problemáticas socioambientais.

Tem-se, portanto, na contribuição de Enrique Leff em relação à racionalidade ambiental, por exemplo, um contraponto à racionalidade econômica tradicional, enfatizando uma relação sustentável entre o ser humano e a natureza (Bueno Amaral; Cerveira Filho, 2016; Bertoldi; Henning, 2017). Segundo Leff (2010), os desafios ambientais demandam transformações nas concepções de sujeito, identidade e ética, que refletem a complexidade do mundo contemporâneo e a necessidade de repensar as relações entre os seres humanos, a natureza e a sociedade. Nesse caminho, Leff (2023) avança no entendimento de que essas relações envolvem centrar na compreensão da vida, que suscita reflexões sobre como o capital se apropria dos elementos fundamentais da vida, como o metabolismo da biosfera e da vida humana.

Ante esse contexto e levando em conta a ampla repercussão de notícias[6] e, também, de conhecimento científico sobre racismo ambiental, faz-

[6] https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis.

https://www.brasildefators.com.br/2024/05/20/cidades-e-racismo-ambiental-perspectivas-da-tragedia-socioclimatica-no-rio-grande-do-sul

se necessário considerar uma série de desafios que precisam ser abordados para que o tema seja discutido com a possibilidade de entendimentos relacionados aos contextos de estudo. Sabe-se que, com o aumento de notícias, amplia-se a visibilidade do tema, mas, também, tem-se a possibilidade de coberturas superficiais que não contemplam as vivências contextuais, com narrativas incompletas ou silenciadas e, ainda, sensacionalismo, com ênfase nas problemáticas, sem fornecer o contexto científico adequado.

Considerando, portanto, a difusão de conteúdos veiculados sobre o assunto e, ainda, reconhecimento da importância de avanços em relação à temática, entende-se necessário reunir contribuições científicas sobre o tema, inclusive, considerando os "discursos" científicos como práticas sociais que reverberam formas de compreender e intervir. Nesse aspecto, sabe-se que a disseminação acadêmica baseada na premissa de qualidade associa-se às bases de dados com indexações associadas à ideia de "excelência", reconhecendo-se fundamental o que define Massola, Crochík e Svartman (2015), ao admitir, dentre outros aspectos, cisões simbólicas entre "cientistas" e "não-cientistas", ancorado na racionalidade econômica, o que ressoa com as discussões de Enrique Leff, no que tange à crítica instrumentada da lógica de mercado.

Nesse contexto, a pesquisa visa discutir criticamente a disseminação de conhecimento sobre racismo ambiental em reflexões para o campo da psicologia, com suporte em bibliometria realizada com dados da SCOPUS[7]. Parte-se da produção em disseminação junto a uma base de dados como ponto de partida para incursão crítica que amplie a leitura sobre repercussões do racismo ambiental à saúde mental, considerando convite às concepções de Enrique Leff em aproximações interdisciplinares às problemáticas ambientais, quando, por fim, se projeta a busca por delimitações ao campo psicosocioambiental que se fundamente na relação pessoa-ambiente com lógicas alternativas em relação às ontologias e às epistemologias de sustentabilidade em atenção ao território da vida.

Referencial Teórico

O racismo ambiental, como uma forma de racismo estrutural e institucional, relaciona-se à distribuição desigual dos riscos ambientais, incluindo a dimensão do poder, expressa em planejamentos urbanos e políticas habitacionais desfavoráveis às comunidades, geralmente minorias étnicas, perpetuando a opressão sistêmica (Moore, 2011; Madrigano et al., 2021; Neubacher, 2021). O racismo ambiental, ainda, como problemática global, situa injustiças sociais que afetam populações afrodescendentes, indígenas, negras e quilombolas, dentro da classificação da mestiçagem latino-americana,

[7] A Scopus "é uma base de dados criada e mantida pela Elsevier" (Führ; Alvarez, 2022, p. 18) que, segundo a CAPES (2015, p. 03), "é a maior base de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, com ferramentas bibliométricas para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa". Com mais de 5.000 editores e 22.000 títulos, abrange, entre outras áreas, a de humanidades (CAPES, 2015, p. 03).

incluindo os camponeses marginalizados por sua situação econômica (Oliveira, 2020).

As realidades históricas relativas à globalização ampliam o racismo ambiental, devido às decisões econômicas que perpetuam desigualdades e injustiças no controle de recursos (McIntyre-Brewer, 2019). Associado à ideia de 'raça', como sugere Mohai e Bryant (2019), compreendem-se práticas discriminatórias relacionadas às metodologias imperialistas que criam distância dos sujeitos afetados (McIntyre-Brewer, 2019), levando às comunidades, por exemplo, uma carga desproporcional de poluição e condições habitacionais precárias, situando-os à margem, face à lógica de acumulação capitalista (Moreno Parra, 2019).

Consequências do racismo ambiental, incluindo o "estresse pós-traumático racial' (Moore, 2011), associam-se às abordagens essencializadas sobre raça e racismo, o que suscita a necessidade de "projetos de justiça eco-racial' (Dicochea, 2012), como alternativa para avaliar e enfrentar a racialização nos esforços para alcançar a justiça ambiental e, assim, questionar a racionalidade que reduz o racismo a ações que negam sua face histórica e ideológica, desafiando ideias fixas de racismo (Pulido, 1996). Nesse sentido, depreende-se compreensão sobre o racismo ambiental como violência, compreendida ao longo da história, face às desigualdades ambientais em relação ao racismo cultural e estrutural (Hicken; Miles; Michael, 2021), com repercussões da segregação socioespacial na saúde mental, no contexto das relações étnicas. Oliveira (2020) demonstra, em estudo sobre comunidades quilombolas, os impactos psicossociais das injustiças históricas na saúde mental, com enfrentamentos relativos à desapropriação de terras, à desvalorização da identidade étnica e às questões ambientais. Sofrimentos que, na leitura de Moreno Parra (2019) e Nigra (2020), relevam repercussões do racismo, sugerindo intervenções urgentes, face à negligência das instituições estatais em relação às populações afetadas, em geral, invisibilizadas pelos setores dominantes da sociedade.

No contexto da saúde pública, por exemplo, Heinz (2004), Salas (2021) e Nigra (2020) ressaltam práticas racistas em relação às decisões sobre benefícios ou encargos ambientais, inclusive em relação à distribuição de poluentes perigosos que impactam populações marginalizadas (Mohai; Bryant, 2019). Salas (2021) discute que, no contexto das mudanças climáticas, há aumento das desigualdades dos seus impactos no âmbito dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade que, segundo Hughey (2022) e Mays, Bischoff e Schmidt (2021), sustentam o discurso da elite que vincula a pobreza aos desastres humanitários, perpetuando um ciclo de desigualdade e injustiça. Ante esse contexto, no entendimento de que o racismo ambiental situa uma expressão de violência histórica que inclui debates sobre o racismo estrutural e o institucional, incluindo invisibilização de grupos sociais considerados à margem em função de um contexto social centrado no poder econômico-capitalista, ressalta-se a urgência refletida por Moreno Parra (2019) e Nigra (2020), por exemplo, em relação aos impactos psicossociais e na saúde mental

decorrentes do racismo ambiental em contexto de riscos de desastres (Vij, 2022).

Nessa perspectiva, as leituras dos grupos sobre os riscos, por exemplo, são apresentadas por Jesus (2020), quando afirma que a percepção de marginalização ou negligência em termos de saúde ambiental pode afetar a autoimagem e a autoconfiança, contribuindo para a construção de uma subjetividade marcada pelo racismo ambiental. A segregação socioambiental, portanto, pode situar as relações interpessoais, a autoimagem e a construção da identidade individual e coletiva. Assim, como sugerem López-Cabanas e Aragonés (2019), a psicologia possui importante papel, considerando a promoção da qualidade de vida subjetiva, quando se reconhece que aspectos sociais e ambientais se relacionam ao bem-estar emocional e psicológico, incluindo, portanto, outras leituras sobre a relação pessoa-ambiente, com ênfase nos aspectos humanos e sociais (Pinheiro, 1997). Por sua vez, abordagens psicosocioambientais à problemática do racismo ambiental em contexto de risco de desastre podem acionar contribuições situadas ao contexto das pessoas envolvidas, validando os processos de construção de significado às relações socioespaciais e socioambientais, o que se deriva de pesquisas sobre o tema, como Pérez et al. (2020) e Augello, Sciara e Arcuri (2019), incluindo pensar sobre caminhos da psicologia social e ambiental em relação ao desenvolvimento sustentável (Weiss; Rateau, 2018).

E como alinhamento, e de forma propositiva, busca-se na racionalidade ambiental, segundo Leff (2009), uma nova forma de compreender e interagir com o mundo, rompendo com as limitações impostas e permitindo uma abordagem mais aberta e sensível à complexidade ambiental. Para Leff (2011), a sociologia ambiental busca não apenas entender os conflitos socioambientais e as resistências em defesa do ambiente, mas, também, fornecer a teoria necessária para orientar as ações sociais em direção à construção de um futuro sustentável.

Ainda segundo Leff (2002), a complexidade do mundo influencia nossa compreensão do ambiente ao nos desafiar a considerar as múltiplas interações entre os sistemas naturais e sociais. Essa abordagem nos permite abordar o ambiente como um sistema dinâmico e interdependente. Nesse caminho, Leff (2010) sugere que concepções relacionadas à identidade e à subjetividade precisam ser repensadas, considerando a dimensão coletiva, situando a transformação do sujeito em um ser identitário e a relação do eu com a autoconsciência por meio do discurso no qual ele se identifica.

Nesse caminho, assume-se a recomendação de Oliveira (2020), no sentido de acionar compreensão sobre essas repercussões no âmbito das experiências, vivências, saberes das pessoas, dos grupos sociais, considerando o significado histórico das tradições orais, e conhecimentos compartilhados, ante à necessidade de abordagens inclusivas, culturalmente sensíveis e valorativas às formas de ser, agir e pensar desses grupos. Tal abordagem confere sentido ao que Gamble (2005) sugere às pesquisas que

visem abordar riscos ambientais, centrar na confiança da comunidade e nas estratégias de prevenção, entendidas, nesse debate, no horizonte da validação de construções de conhecimento com os grupos, na busca de promover contribuições voltadas à saúde mental ante a percepção de riscos ambientais.

Metodologia

Parte-se da bibliometria, de base quantitativa e descritiva, a partir de artigos extraídos da base de dados Scopus. Ressalta-se que a base tem sido considerada em estudos bibliométricos no campo da psicologia, como os de Luiz Pinto, Paredes e Sousa Netto (2020) e Sánchez, De Filippo, Blanco e Lascurain (2022). Desses textos, observa-se que o estudo de Luiz Pinto, Paredes e Sousa Netto (2020) investiga a psicologia da libertação, nascida na América Latina, visando identificar sua evidência entre os estudiosos anglo-saxões e, ainda, Sánchez et al. (2022) que realizaram um estudo para medir publicações relativas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com esses textos, observa-se atenção em forma de bibliometria em temas relacionados à sustentabilidade no campo da psicologia, convergindo com a dinâmica do presente estudo.

O levantamento foi realizado em 29 de março de 2024, com filtros com os termos "*environmental AND racism*" e "*psychology*", junto ao título, em que os resultados apontaram 168 documentos, no lapso temporal de 43 anos. Em sequência, os dados foram analisados no *software* VosViewer, gerando os seguintes elementos: (i) coocorrência de palavras-chave; (ii) acoplamento por documentos; (iii) acoplamento por autor; (iv) cocitação por referência. Por meio do uso do *softwa*re VOSviewer também são realizadas análises de frequências de periódicos, artigos, países, autores e palavras-chave que contribuem para o fluxo de pesquisa do tema em análise.

Como *output* do *software,* pode-se obter uma visualização organizada em *clusters* por cores, a partir da recorrência de palavras-chave (Van Eck; Waltman, 2018). Dentre os critérios de análise estão: (i) os círculos são usados para a localização de um item; (ii) os itens são agrupados em *clusters*; (iii) as cores dos *clusters* identificam grupos de itens; e (iv) as distâncias no mapa refletem a similaridade ou relacionamento entre os itens.

A ocorrência refere-se à quantidade de vezes que a unidade de análise aparece em um documento. Um *link* (l) representa "nós" que indicam a força da unidade em foco, baseada na densidade e no grau de correlação. *Link* é, portanto, uma conexão ou relação entre dois itens, como publicações, pesquisadores ou termos (Van Eck; Waltman, 2018). O *strength* (s) é a força do item, com cada *link* tendo uma força proporcional ao número associado ao *link strength* (ls). A rede resultante é composta por *links* e itens, e os *clusters* são conjuntos de itens em um mapa, onde cada item pertence a apenas um *cluster*, mas os *clusters* não precisam cobrir todos os itens (Van Eck; Waltman, 2018). Na sequência, com os dados da bibliometria, exercita-se uma análise crítica com suporte nos desdobramentos relativos ao racismo ambiental derivado dos

estudos indexados da base Scopus. Adentrando-se em uma abordagem interdisciplinar, por meio da contribuição de Enrique Leff, para entender suas repercussões na saúde mental e propor novas formas de pensar a sustentabilidade e a relação entre pessoas e o ambiente.

Apresentação dos Resultados

Após a exploração dos 168 documentos, foi realizada uma análise bibliométrica com os 168 artigos. A Figura 1 mostra as palavras-chave em coocorrência acerca do tema. Para tanto, determinou-se o número mínimo de 20 coocorrência, o que resultou um número 32 palavras-chave, de um volume de 1929 palavras no conjunto de artigos selecionados.

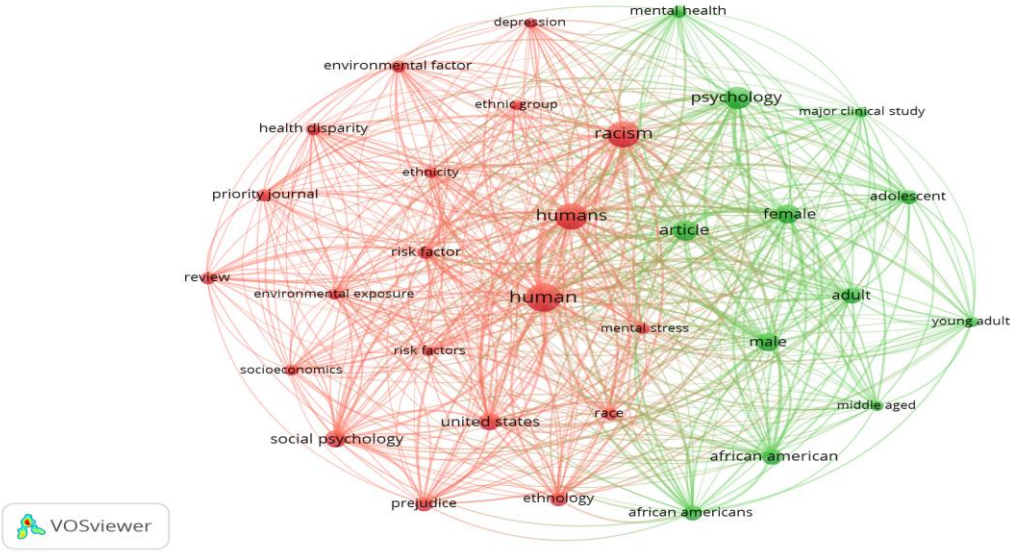

Figura 1. Coocorrência de palavras-chave.
Fonte: Ilustração extraída como *output* do *software VOSviewer* (2024)

Com a figura 1, observa-se a presença de 2 *cluster* com as palavras-chave, que representam a força de ligação da coocorrência. O *cluste*r 1 (vermelho), é formado por 20 palavras: *depression, environmental exposure, environmental fator, ethnic group, ethnicity, ethnology, health disparity, human, humans, mental stress, prejudice, priority journal, race, racism, review, risk factor, risk factors, social psychology, socioeconomics* e *united states.* E o *cluster* 2 (verde) é formado por 12 palavras: *adolescent, adult, african American, african americans, article, female, major clinical study, male, mental health, middle aged, psychology, young adult.*

A análise de forma decrescente de coocorrência apresenta a seguinte sequência: *human (140* ocorrências, *link strength* 1253), *humans (127* ocorrências, *link strength* 1179), *racism (125* ocorrências, *link strength* 1109), *psychology (92* ocorrências, *link strength* 845), *article (72* ocorrências, *link strength* 712) *female (67* ocorrências, *link strength* 749), *male (58* ocorrências,

link strength 653), *social psychology (55* ocorrências, *link strength* 464), *united states (52* ocorrências, *link strength* 526), *adult (51* ocorrências, *link strength* 603), *african American (47* ocorrências, *link strength* 521), *african americans (42* ocorrências, *link strength* 474), *adolescent (37* ocorrências, *link strength* 431), *prejudice (36* ocorrências, *link strength* 328), *ethnology (35* ocorrências, *link strength* 371), *risk factor (30* ocorrências, *link strength* 339), *mental health (28* ocorrências, *link strength* 280), *environmental fator (27* ocorrências, *link strength* 257), *review (27* ocorrências, *link strength* 234), *race (26* ocorrências, *link strength* 281), *health disparity (26* ocorrências, *link strength* 273), *priority journal (26* ocorrências, *link strength* 260), *mental stress (25* ocorrências, *link strength* 264), *environmental exposure (25* ocorrências, *link strength* 251), *ethnicity (24* ocorrências, *link strength* 287), *socioeconomics (23* ocorrências, *link strength* 231), *middle aged (21* ocorrências, *link strength* 277), *young adult (21* ocorrências, *link strength* 270), *ethnic group (21* ocorrências, *link strength* 218), *major clinical study (20* ocorrências, *link strength* 252), *risk factors (20* ocorrências, *link strength* 247), *depression (20* ocorrências, *link strength* 225). Em sequência, a Figura 2 ilustra o acoplamento bibliográfico por artigo. Dos 168 textos da base de dados, 14 atendem o critério de no mínimo 40 citações, que estão representados em 3 *clusters*.

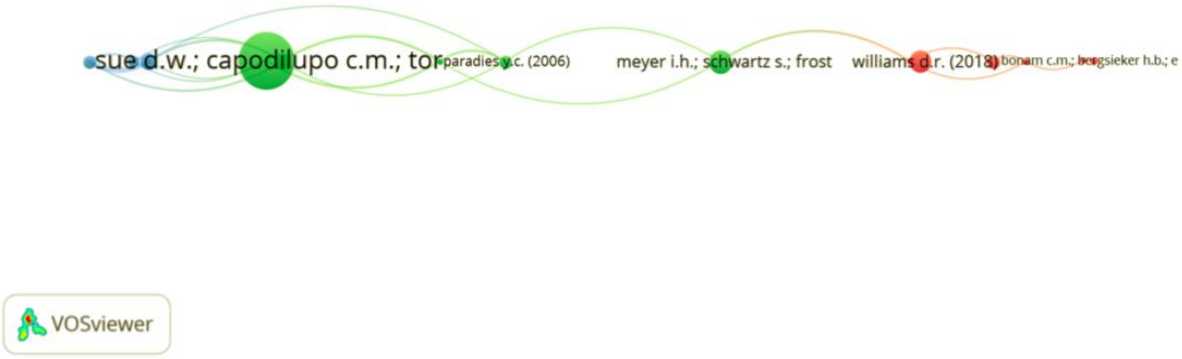

Figura 2. Acoplamento bibliográfico por artigo.
Fonte: Ilustração extraída como *output* do *software VOSviewer* (2024).

Com base na Figura 2, os 3 *clusters* estão representados na sequência, no *cluster* 1 (vermelho) consta a relação entre os autores bonam c.m.; bergsieker h.b.; eberhardt j.l. (2016), sanders-phillips k.; settles-reaves b.; walker d.; brownlow j. (2009), williams d.r. (2018), williams d.r.; haile r.; mohammed s.a.; herman a.; sonnega j.; jackson j.s.; stein d.j. (2012), williams m.t. (2019) e yarboi j.; compas b.e.; brody g.h.; white d.; rees patterson j.; ziara k.; king a. (2017). O cluster 2 (verde) relaciona os autores clark r.; gochett p. (2006), meyer i.h.; schwartz s.; frost d.m. (2008), nadal k.l. (2011), paradies y.c. (2006), sue d.w.; capodilupo c.m.; torino g.c.; bucceri j.m.; holder a.m.b.; nadal k.l.; esquilin m. (2007), e o cluster 3 (azul) apresenta ligação entre lewis j.a.; mendenhall r.; harwood s.a.; browne huntt m. (2016), lewis j.a.; neville h.a. (2015), torres-harding s.r.; andrade a.l. (2012).

A Figura 3 apresenta o acoplamento bibliográfico por autor. Dos 166 autores identificados nos 168 documentos analisados, 15 atendem ao critério de no mínimo 40 citações por autor, que estão representados em 4 *clusters*.

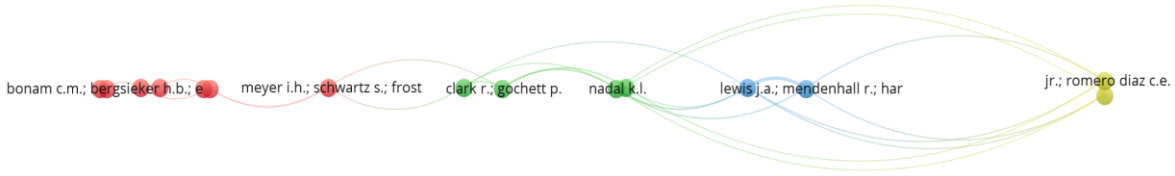

Figura 3. Rede de acoplamento bibliográfico por autor.
Fonte: Ilustração extraída como *output* do *software VOSviewer* (2024).

Com base na figura 3, observa-se a formação de 4 clusters. O cluster 1 (vermelho) apresenta a relação dos autores bonam c.m.; bergsieker h.b.; eberhardt j.l., meyer i.h.; schwartz s.; frost d.m., sanders-phillips k.; settles-reaves b.; walker d.; brownlow j., williams d.r., williams d.r.; haile r.; mohammed s.a.; herman a.; sonnega j.; jackson j.s.; stein d.j., williams m.t., yarboi j.; compas b.e.; brody g.h.; white d.; rees patterson j.; ziara k.; king a. O cluster 2 (verde) mostra ligações entre clark r.; gochett p., nadal k.l., paradies y.c., sue d.w.; capodilupo c.m.; torino g.c.; bucceri j.m.; holder a.m.b.; nadal k.l.; esquilin m. O cluster 3 (azul) mostra relação entre lewis j.a.; mendenhall r.; harwood s.a.; browne huntt m. e lewis j.a.; neville h.a. Já o cluster 4 (amarelo) apresenta uma rede com jr.; romero diaz c.e. e torres-harding s.r.; andrade a.l.

A Figura 4 evidencia a rede de cocitação por referência, cujo número mínimo de citação por referência estabelecido foram 5, sendo que das 9747 referências citadas, 9 atenderam ao critério, mas somente 6 formam a rede, conforme Figura 4.

A Figura 4 é composta por 2 *clusters,* em que o *cluster* 1 (vermelho) é formado por bronfenbrenner u., the ecology; clark r., anderson n.b., clark; harrell s.p., a multidimensional; paradies y., a systematic review. O *cluster* 2 (verde) é composto por sue d.w., capodilupo c.m., holder e sue d.w., microaggressions in.

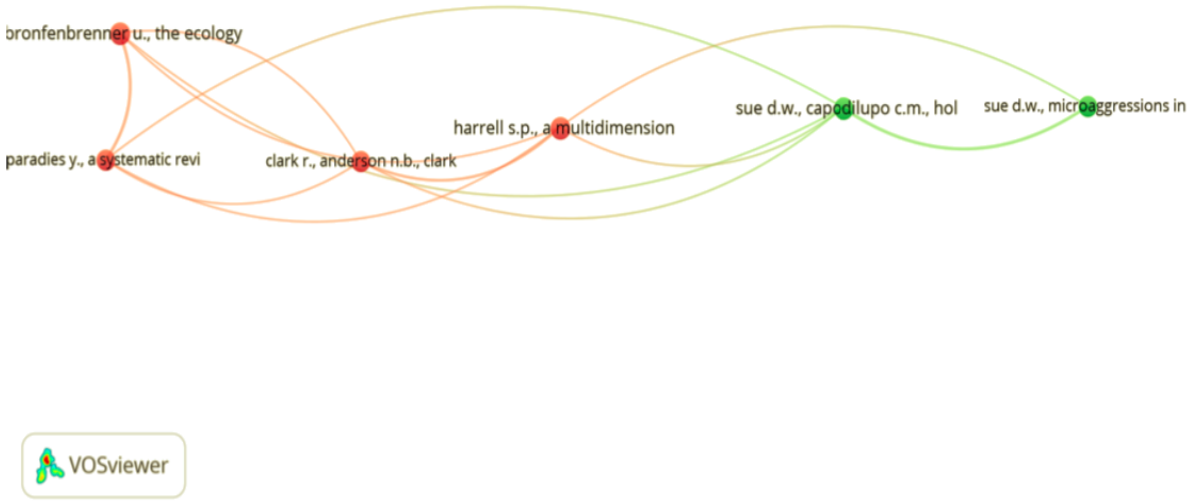

Figura 4. Rede de cocitação por referência.
Fonte: Ilustração extraída como *output* do *software VOSviewer* (2024).

Discussão dos resultados

Em relação à coocorrência de palavras-chave, observa-se o *Cluster* 1 (vermelho) sugerir ênfase em fatores ambientais e sociais e psicológicos que contribuem para a saúde mental e as disparidades de saúde em comunidades marginalizadas; enquanto o *Cluster* 2 (verde) enfatiza aspectos demográficos e epidemiológicos, com atenção especial à comunidade afro-americana e aos estudos clínicos. Este *cluster* reforça a importância de estudos específicos para diferentes grupos populacionais e a consideração dos impactos diferenciados do racismo ambiental com base na idade e no gênero.

Reforçam-se estudos sobre grupos historicamente subalternizados (Soto; Dawson-Andoh; Witherspoon, 2016), enfatizando a desvalorização da identidade étnica e as questões ambientais (Oliveira, 2020), por meio da reflexão crítica sobre as violências históricas advindas do racismo estrutural e o institucional e seus impactos psicossociais e na saúde mental (Moreno Parra, 2019; Nigra, 2020) na busca de promover contribuições voltadas à saúde mental ante a percepção de riscos ambientais (Gamble, 2005).

Para isso, sustenta-se nos argumentos de Leff (2002) para se perceber o ambiente como um sistema dinâmico e interdependente dada a complexidade do mundo que influencia na compreensão do ambiente e, por consequência, desafiando múltiplas interações entre os sistemas naturais e sociais. Nesse caminho, Leff (2010) sugere que concepções relacionadas à identidade e à subjetividade precisa ser repensada, considerando a dimensão coletiva, situando a transformação do sujeito em um ser identitário e a relação do eu com a autoconsciência por meio do discurso no qual ele se identifica.

Em relação ao acoplamento bibliográfico, o *Cluster* 1 (vermelho) foca nos efeitos amplos do racismo, percepções raciais e estereótipos e da

discriminação na saúde mental e física, destacando as desigualdades raciais e os impactos intergeracionais, como se evidencia nos textos de Sanders-Phillips, Settles-Reaves, Walker e Brownlow (2009) e Williams (2018). O *Cluster* 2 (verde) explora especificamente como o estresse por discriminação e microagressões afeta a saúde mental, com uma forte ênfase na experiência subjetiva do racismo, e discriminação estrutural, o que deriva dos textos de Sue, Capodilupo, Torino, Bucceri, Holder, Nadal e Esquilin (2007); Meyer, Schwartz e Frost (2008). O *Cluster* 3 (azul) analisa a resiliência e a identidade racial, investigando como os indivíduos lidam com e superam a discriminação racial, experiências acadêmicas de minorias e o impacto do racismo em contextos educacionais, como se observa em Lewis, Mendenhall, Harwood e Browne Huntt (2016) e Lewis e Neville (2015).

Em relação aos artigos mais citados, entre 2020 e 2024, a base de dados identifica os seguintes artigos: (i) “Microagressões raciais na vida cotidiana: implicações para...” (2007), com 3.208 citações (ápice em 2020 com 1.579 citações), que analisa a prevalência e o impacto das microagressões raciais. O pico de citações em 2020 sugere um aumento no interesse e na relevância do tema, possivelmente impulsionado pelo movimento *Black Lives Matter* e pela crescente conscientização sobre justiça racial globalmente; (ii) “Determinantes sociais de riscos e resultados para doenças cardiovasculares” (2015), com 984 citações, que aborda como os aspectos sociais, como raça e classe social, afetam os riscos e resultados para doenças cardiovasculares. O volume de citações, ao longo dos anos, sugere a relevância contínua dos determinantes sociais na saúde, indicando que políticas de saúde pública e intervenções poderiam considerar esses fatores para combater as desigualdades em saúde.

Outros textos também aparecem em destaque pela bibliometria, como “Padrões sociais de estresse e enfrentamento: as pessoas desfavorecidas...” (2008), que explora como padrões de estresse variam entre diferentes grupos sociais e as estratégias de enfrentamento utilizadas, com entendimentos sobre como o estresse socialmente determinado pode afetar a saúde mental e física, especialmente em comunidades marginalizadas. O texto “Estresse e saúde mental de populações negras: avanços...” (2018) enfatiza o impacto do estresse específico da raça na saúde mental das populações negras, oferecendo avanços em termos de intervenções e tratamentos contextualizados. A pesquisa “Equidade ambiental: a demografia do dumping” (1994) aborda a distribuição desigual de riscos ambientais, como o despejo de resíduos tóxicos que afetam desproporcionalmente as comunidades, com discussões sobre interseções entre justiça ambiental e justiça racial. O texto “Muito baixo peso ao nascer em bebês afro-americanos: o papel...” (2004) discute os fatores que contribuem para o baixo peso ao nascer entre bebês afro-americanos, enfatizando as desigualdades de saúde desde o nascimento. O artigo “A escala de microagressões raciais e étnicas (REMS): construção...” (2011) apresenta uma escala para medir microagressões raciais e étnicas, fornecendo uma ferramenta para a pesquisas e práticas clínicas. Também há o

texto “Construção e validação inicial do modelo racial de gênero...” (2015), que enfatiza análise sobre a interseção entre raça e gênero, propondo um modelo para entender as experiências únicas de indivíduos que enfrentam múltiplas formas de discriminação. O artigo “Medidas de racismo, sexismos, heterossexismo e binarismo de gênero...” (2020) desenvolve medidas para avaliar diferentes formas de discriminação, situando a importância de abordagens interseccionais na pesquisa sobre opressão e saúde. E, por fim, o artigo “Determinantes sociais das doenças cardiovasculares” (2022) que reforça entendimentos sobre determinantes sociais na saúde cardiovascular, complementando o segundo artigo mais citado, com ênfase na necessidade de políticas que abordem essas desigualdades.

A análise das publicações sobre racismo ambiental e saúde revela um panorama detalhado e crescente de estudos de discussão sobre o tema, no entanto, conforme Andrews (2021), o racismo ainda é uma crise de saúde pública, indicando a necessidade contínua de mais pesquisas. Assim, ao compreender a interação entre fatores ambientais, desigualdades sociais e resultados de saúde mental, depreende-se uma abordagem mais inclusiva à investigação e às intervenções em saúde mental, abrangendo a preparação da comunidade, o apoio social e as capacidades de resposta, considerando o impacto psicológico de tais eventos (Perry, 1983).

Na sequência, evidencia-se que discussões sobre racismo ambiental se concentram principalmente nas áreas de medicina, psicologia e ciências sociais, com universidades liderando a produção de estudos, como Universidade Columbia, Universidade de Harvard, Universidade da Cidade do Cabo, Universidade da Pensilvânia, entre outras. Esses estudos fornecem visão sobre as desigualdades de saúde enfrentadas por comunidades minoritárias e de baixa condição socioeconômica. Pesquisas recentes mostram como o racismo sistêmico e institucional referenciam estruturas políticas e culturais, perpetuando desigualdades de saúde. Manuel et al. (2023) e Makovi e Kasak-Gliboff (2021) evidenciam os impactos do racismo na saúde mental e física, especialmente entre jovens e grupos marginalizados.

Estudos de Miliauskas et al. (2022) e Quadros, Ogunwale e Sule (2024) ressaltam a influência de fatores ambientais e culturais na saúde mental. A teoria da disponibilidade espacial negra, apresentada por Morrison (2022), destaca como o racismo estrutura espaços físicos e influência as experiências de negros, ampliando a compreensão das dinâmicas de poder e restrições enfrentadas. Os estudos revisados mostram a interseção entre racismo, saúde mental, desigualdades sociais e ambientais, destacando a necessidade de intervenções específicas e culturalmente sensíveis para enfrentar essas questões e promover a equidade na saúde.

No entanto, disseminação de conhecimentos que abordem as questões de desastres, de clima, de mudanças climáticas, efetivamente a relação com meio ambiente, pessoa-ambiente, afetos, não estão em pauta nos estudos levantados. Anseia-se por pesquisas sobre emoções e subjetividade, como

inseparáveis dos fatores sociais, pessoais e ambientais (Martins, 2022), no contexto dos desastres, na perspectiva de entendimentos sobre saúde mental (Cal Seixas; Nunes 2017), influenciando a relação pessoa-ambiente, em contexto social e ambiental (Hickcox, 2017), e no impacto dos riscos ambientais nas comunidades afetadas e, ainda, a necessidade de intervenções proativas de saúde mental na preparação para desastres (Chong; Srebot, 2022), bem como nos aspectos subjetivos das relações pessoas-lugar pós-desastres (Berroeta et al., 2020; Berroeta; Pinto de Carvalho, 2022).

No entanto, a discussão atual sobre racismo ambiental e psicologia, embora rica em suas análises de como o racismo sistêmico afeta a saúde física e mental das comunidades marginalizadas, permanece descontextualizada ao não considerar a interseção entre esses temas e a racionalidade ambiental. Para isso, Leff (2009; 2011) proporciona uma visão robusta que pode enriquecer os estudos atuais, propondo uma epistemologia que integra o ser humano e o ambiente em uma complexidade compartilhada.

A racionalidade ambiental, conforme articulada por Leff (2009), inaugura uma epistemologia para a compreensão e interação com o mundo, superando as restrições impostas pela racionalidade moderna. Essa abordagem avançada promove uma integração holística de conhecimentos e saberes, reconhecendo intrinsecamente a complexidade e diversidade cultural. Ao propor um diálogo de saberes, a racionalidade ambiental valoriza e incorpora múltiplas racionalidades culturais, facilitando uma sustentabilidade partilhada. Esse paradigma emergente redefine as bases do conhecimento ambiental, impulsionando um discurso que transcende a fragmentação disciplinar e se engaja profundamente com a interconectividade do ser humano com o ambiente. Ao considerar que a crise ambiental é também uma crise da razão e do conhecimento, Leff (2009) aponta, portanto, para a necessidade de uma nova epistemologia que integra conhecimento racional e sensível. Nessa perspectiva, a abordagem atual nos estudos sobre racismo frequentemente falha em situar essas discussões dentro das múltiplas relações pessoa-ambiente, não reconhecendo adequadamente a importância do território, do espaço e do lugar nas experiências de comunidades racializadas (Leff, 2011), reproduzindo e reforçando repercussões estigmatizadas e estigmatizadoras.

Nesse sentido, apesar do crescimento nas publicações sobre racismo ambiental e suas implicações na psicologia, nota-se uma lacuna significativa na integração dessas discussões com a racionalidade ambiental, focando boa parte dos estudos nos impactos diretos e imediatos do racismo sistêmico sobre a saúde. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de uma conexão mais profunda entre o ser humano e o ambiente, algo que continua sub-representado nas discussões realizadas sobre o tema (Leff, 2011). Nesse movimento, recorre-se à psicossociologia, particularmente, em atenção ao contexto da psicossociologia como exercício crítico, como um campo interdisciplinar de conhecimento, considerando que o movimento de “interrogar a psicossociologia nos exige movimentações contra hegemônicas” (Takeiti et al., 2021, p. 2), que nas últimas décadas, se consolidou como um campo inter e

transdisciplinar das Ciências Sociais e Humanas, centrada em problemáticas específicas dos países latino-americanos, integrando saberes e tecnologias que consideram a diversidade cultural, geopolítica e as experiências coloniais, adotando uma perspectiva contra hegemônica, o que requer abordagens contra hegemônicas.

Para Fiuza, Costa e Loureiro (2018), a psicossociologia contribui para a compreensão dos conflitos ambientais, como campo que acolhe as análises discutidas, ao reconhecer as interações entre os aspectos psicológicos e socioambientais. Ela considera tanto fatores objetivos, como recursos naturais e interesses econômicos, quanto aspectos subjetivos, como valores, crenças e emoções das pessoas envolvidas. Essa abordagem oferece visão das dinâmicas dos conflitos ambientais, levando em conta a complexidade das relações humanas e sociais. Assim, a abordagem psicosocioambiental, na elaboração de leituras socioambientais e psicossociais, busca entendimentos sobre indivíduos, grupos sociais e o meio ambiente, face aos conflitos ambientais, integrando as dimensões materiais e simbólicas dos conflitos.

Reconhecendo, portanto, o campo psicosocioambiental, incluindo discussões sobre o racismo ambiental, aproxima-se da leitura de Berroeta et al. (2020) e Berroeta e Pinto de Carvalho (2022) sobre a necessidade de reposicionar a subjetividade na investigação em saúde mental para compreender as repercussões das mudanças ambientais. Nesse caminho, sugere-se avanço ao campo, considerando a discussão ontoepistemológica anunciada por Leff (2023) que, ao referir discussão sobre a subjetividade, a identidade e a saúde mental, sustenta sentido à sustentabilidade da vida com referência aos territórios da vida, incluindo, ainda as condições cósmicas, termodinâmicas, ecológicas, simbólicas, culturais. Leff (2023) sustenta, portanto, que a transição para a sustentabilidade não pode ser apenas uma reflexão considerando a racionalidade existente da modernidade, exige repensar as bases da produção e da relação com a natureza, na busca de possibilidades de sustentabilidade da vida, o que pressupõe diálogo de saberes para promover uma reconstrução civilizatória no escopo do ‘territórios da vida’, espaços que situam a relação dos povos da terra com seus espaços vitais, ecossistemas e processos que constroem ou destroem as condições de sustentabilidade da vida. Esses territórios representam não apenas áreas geográficas, mas, também, simbólicas, em que as comunidades interagem com a natureza, buscam equilíbrio ecológico e cultural, e buscam garantir seus direitos territoriais e existenciais. Nesse contexto, a identidade supera uma característica individual, mas integra a complexidade de relações ecossistêmicas e culturais que refletem a coletividade e sua relação intrínseca com a natureza. Assim, considera-se, em atenção a Takeiti et al. (2021), a Para Fiuza, Costa e Loureiro (2018), a Berroeta et al. (2020) e a Berroeta e Pinto de Carvalho (2022), exercício compreensível da abordagem de Enrique Leff em contribuição ao campo psicosocioambiental, no caminho da afirmação de uma construção latino-americana e de possibilidades de compreensões alternativas à relação pessoa-ambiente, apoiada em uma epistemologia de superação da

racionalidade instrumental na busca de um saber ambiental e conhecimento local e em uma ontologia relacional face à interdependência entre os sistemas ecológicos e sociais e, ainda, o ambiente como uma construção social que emerge das interações entre os seres humanos e a natureza.

Nesse caminho, volta-se atenção à importância do diálogo de saberes entre a academia e os povos originários, incluindo superação das convicções científicas e abrir-se para escutar outras formas de pensar e sentir a vida, buscando uma reconstrução civilizatória através desse diálogo. Essa abertura para diferentes perspectivas e saberes, segundo Leff (2023), pode contribuir para uma compreensão mais ampla da subjetividade ecológica, como um projeto ético e político, promovendo uma visão mais próxima entre seres humanos, natureza e cosmos.

Considerações finais

Este trabalho teve o objetivo de reunir discussões sobre o racismo ambiental e, ainda, investigações que situem como a psicologia pode contribuir ao problematizar o racismo ambiental, servindo, assim, como passos iniciais para se situar no campo de novas pesquisas que possam colaborar com a temática. Nesse contexto, reconhece-se que o racismo ambiental se manifesta na exposição injusta das minorias étnicas a riscos ambientais e na negação de recursos essenciais com base na raça. Para isso, realizou-se uma busca na base *Scopus*, cujos resultados mostraram 168 documentos, que foram analisados bibliometricamente, apresentando, assim, dados de 43 anos de publicações na base pesquisada.

Os estudos recentes situam a complexidade das relações entre racismo, saúde mental, desigualdades sociais e ambientais, e reforçam a necessidade de intervenções culturalmente sensíveis, apoio comunitário e abordagens políticas mais amplas para promover a equidade na saúde mental. A promoção da competência cultural nos serviços de saúde mental é identificada como uma medida a ser promovida para abordar as desigualdades e quebrar os ciclos de adversidade em comunidades desfavorecidas. Nessa leitura, seus desdobramentos incluem abordagens no campo do repensar as políticas públicas, que falem de justiça às pessoas em contexto de equidade.

Mas os estudos não avançam em debates favoráveis à compreensão dos processos psicosocioambientais, situados ao entendimento da relação pessoa-ambiente desde uma perspectiva endógena, ou seja, no horizonte dos vínculos, afetos, e práticas sociais inscritos no ser-território, no espaço de significação da vida, no âmbito das interações com as pessoas-espaço. A definição erguida na perspectiva do direito, inclusive, compreende dinâmica que valida da indução dos processos, no espaço de escuta que convoca, inclusive, concepções alternativas ao bem-estar comunitário, conferindo significações que emergem da coletividade. Com isso, a dimensão política situa produções socioespaciais que instituem o empoderamento, ante o (re)

conhecimento de si, dos outros, e das relações que situam a existência no território.

Considerando os resultados do estudo, observa-se espaço para discussões em que a psicologia possa contribuir no âmbito das repercussões psicosocioambientais, como temática emergente não especificamente identificada no levantamento. Nesse caminho, Berroeta e Carvalho (2020) e Berroeta et al. (2017) ressaltam, avançando as leituras sobre desastres, a necessidade de analisar não apenas os impactos físicos dos desastres, mas também as repercussões subjetivas, considerando fatores psicossociais e ambientais interdependentes. Eles argumentam que o rompimento de vínculos após desastres requer uma análise espacial e da experiência subjetiva dos indivíduos em relação ao lugar.

Além disso, contribuições, como as de Pérez et al. (2020), enfatizam a importância de compreender as relações socioespaciais e socioambientais na construção de significados e identidades, especialmente em contextos de racismo ambiental, o que precisaria ser debatido em estudos no âmbito da psicologia e desastres, problematizando o racismo ambiental. E, assim, reconhecer as agências não discursivas na formação do vínculo afetivo com o lugar, incluindo elementos sensoriais, o uso do corpo e a criação de símbolos no espaço.

Expandir as leituras sobre as subjetividades e a dinâmica racial em desastres ambientais, portanto, mobiliza análise dos fatores psicossociais e ambientais. Com as contribuições de Enrique Leff, as discussões sobre racismo ambiental podem ser ampliadas, derivando de suas leituras análises sobre os processos de subjetivação das relações pessoa-ambiente em experiências sócio territoriais. Isso pode contribuir com a compreensão das injustiças ambientais e com a formulação de políticas ambientais equitativas, promovendo a sustentabilidade e a atenção aos territórios de vida. No entanto, as discussões negligenciam frequentemente a importância do território, do espaço e do lugar nas experiências das comunidades racializadas, resultando em análises fragmentadas e insuficientes para capturar a totalidade dos desafios enfrentados.

A importância da ressignificação coletiva do espaço após desastres, enfatizando a reconstrução interpretativa dos elementos que constituem o vínculo afetivo com o lugar, portanto, exige abordagem integrada que considere os aspectos psicossociais, ambientais e socioespaciais na análise do racismo ambiental em contextos de desastres, reconhecendo a complexidade das relações entre o sujeito e o ambiente. Apoiados, portanto, em uma epistemologia de um saber ambiental e conhecimento local e em uma ontologia relacional face à interdependência entre os sistemas ecológicos e sociais e, ainda, o ambiente como uma construção social, que emerge das interações entre os seres humanos e a natureza, que referenciam a subjetividade, a identidade e a saúde mental, no campo da sustentabilidade da vida, com

referência aos territórios da vida, incluindo, ainda as condições cósmicas, termodinâmicas, ecológicas, simbólicas, culturais.

Desse modo, faz-se necessário desenvolver metodologias que incluam a escuta ativa das comunidades afetadas, valorizando suas concepções alternativas de bem-estar e significações emergentes da coletividade. Este enfoque participativo pode contribuir para uma produção de conhecimento mais democrática e inclusiva, que empodera as comunidades ao reconhecer suas experiências e saberes locais. Outro desafio crítico é a articulação entre teoria e prática, em que as descobertas acadêmicas devem traduzir-se em políticas públicas que promovam o bem-estar comunitário e a justiça socioambiental.

Propostas de estudos futuros devem considerar a dimensão política das produções socioespaciais, investigando como as dinâmicas de poder influenciam as interações pessoa-ambiente e o reconhecimento dos direitos territoriais. É fundamental explorar o papel das políticas públicas na indução de processos de empoderamento comunitário, promovendo o (re)conhecimento de si, dos outros, e das relações que configuram a existência no território. Ademais, a implementação de pesquisas longitudinais e estudos de caso participativos pode fornecer informações sobre como promover um desenvolvimento sustentável e equitativo, ancorado na resiliência e na capacidade adaptativa das comunidades locais.

Referências

ANDREWS, K. Racism is the public health crisis. **The Lancet**, v. *397, n.* 10282, pp. 1342-1343. 2021.

AUGELLO, R.; SCIARA, S.; ARCURI, L. Psicología ambiental y ecopsicología en edad evolutiva: aspectos cognitivos, afectivos y relacionales. **Revista INFAD de Psicología**. International Journal of Developmental and Educational Psychology., v. 2, n. 2, pp. 147-154. 2019.

BERROETA, H.; CARVALHO, L. P. de; P. de C. DI MASSO, D. A.; VERMEHREN, O. M. I. Apego al lugar: una aproximación psicoambiental a la vinculación afectiva con el entorno en procesos de reconstrucción del hábitat residencial. **Revista INVI**, v. 32, n. 91, pp. 113-139. 2017.

BERROETA, H.; CARVALHO, L. P. DE; BERROETA, H.; CARVALHO, L. P. de. La Psicología Ambiental-Comunitaria en el Estudio de los Desastres: La Importancia de los Vínculos Socioespaciales. **Psykhe** (Santiago), v. 29, n. 1, p. 1–16. 2020.

BERROETA, H.; PINTO DE CARVALHO, L. Environmental-Community Psychology in the Disaster Research: The Importance of Social-Spatial Connections. **Environment and Social Psychology**, v. 6, n. 2. 2022.

BERROETA, H.; CARVALHO, L. P. de. La Psicología Ambiental-Comunitaria en el Estudio de los Desastres: La Importancia de los Vínculos Socioespaciales. **Psykhe** (Santiago), v. 29, n. 1, pp. 1-16. 2020.

BERTOLDI, M. R.; HENNING, A. C. C. Racionalidade ambiental em comunidades quilombolas de Piratini/RS. **Revista de Direito Ambiental E Socioambientalismo**, v. 3, n. 2, pp. 133. 2017.

BUENO AMARAL, F.; CERVEIRA FILHO, F. J. L. Posibilidades de Análisis de La Acción Socioambiental Según La Racionalidad Ambiental En Enrique Leff. **Tabula Rasa**, n. 24, pp. 171-189. 2016.

CAL SEIXAS, S. R.; NUNES, R. J. Subjectivity in a context of environmental change: opening new dialogues in mental health research. **Subjectivity**, v. 10, n. 3, pp. 294–312. 2017.

CAPES (2015). **Scopus**: Guia de referência rápida. [*s. n.*]. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Scopus_Guia%20de%20refer%C3%AAncia%20r%C3%A1pida_10.08.2016.pdf Acesso: 16 abr. 2024.

CARVALHO, M. M. de; OLIVEIRA, S. S. Psychosocial aspects in socioenvironmental disasters of geoclimatic origin: an integrative literature review. **Saúde Em Debate**, v. 44(spe2), pp. 334–352. 2020.

CHONG, A.; SREBOT, C. Environmental disasters and mental health: Evidence from oil spills in the Peruvian Amazon. **Review of Development Economics**. 2022.

DICOCHEA, P. R. **Discourses of Race & Racism Within Environmental Justice Studies**: An Eco-racial Intervention. 2012. doi: https://doi.org/10.7227/ERCT.3.2.2

FIUZA, A. de C.; COSTA, S. L. da; LOUREIRO, C. F. B. Caminhos para uma abordagem psicosocioambiental: contribuições da psicossociologia para as discussões socioambientais. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 41, pp. 42–54. 2018.

FÜHR, F.; ALVAREZ, E. B. (2022) Humanidades digitais e criatividade: intersecções. **Advanced Notes in Information Science**, v. 1, pp. 15-30.

GAMBLE, R. L. Environmental racism discourse and indigenous peoples (Doctoral dissertation, Carleton University). 2005.

HEINZ, T. L. From Civil Rights to Environmental Rights: Constructions of Race, Community, and Identity in Three African American Newspapers' Coverage of the Environmental Justice Movement. **Journal of Communication Inquiry**, 2004.

HICKCOX, A. White environmental subjectivity and the politics of belonging. **Social & Cultural Geography**, v. 19, n. 4, pp. 496–519. 2017.

HICKEN, M. T.; MILES, L. J.; MICHAEL, S. H. E. Linking History to Contemporary State-Sanctioned Slow Violence through Cultural and Structural Racism. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, 2021.

HOFFMAN, A. J. Understanding Principles of Environmental Racism, Climate Change, and the Blob: A Socioecological Approach in the Development of Food Justice. **Environmental Justice**. 2022.

HOGGARD, L. S.; VOLPE, V. V.; HATTON, V. L.; JONES, S. J.; TIKHONOV, A. A.; Davis, S. E. "Now I just need something sweet": Racism, emotional eating, and health among African Americans. **Social Science & Medicine**, 114947. 2022.

HUGHEY, M. W. "Black people don't love nature": white environmentalist imaginations of cause, calling, and capacity. **Theory and Society**. 2022.

JESUS, V. de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental **Saúde E Sociedade**, v. 29, n. 2, e180519. 2020.

LEFF, E. La transición histórica hacia la sustentabilidad de la vida. **Guaju**, v.9. n.11, 2023.

LEFF, E. Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia "otro" programa de sociología ambiental. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 73, n. 1, pp. 5–46. 2011.

LEFF, E. El desvanecimiento del sujeto y la reinvención de las identidades colectivas en la era de la complejidad ambiental. **Polis (Santiago)**, v. 9, n. 27, pp. 151–198. 2010.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3. 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. [São Paulo]: Cortez. 2002.

LEWIS, J. A.; MENDENHALL, R.; HARWOOD, S. A.; BROWNE HUNTT, M. "Ain't I a Woman?" **The Counseling Psychologist**, v. 44, n. 5, pp. 758–780. 2016.

LEWIS, J. A.; NEVILLE, H. A. Construction and initial validation of the Gendered Racial Microaggressions Scale for Black women. **Journal of counseling psychology**, v. *62, n.* 2, pp. 289–302. 2015.

LÓPEZ-CABANAS, M.; ARAGONÉS TAPIA, J. I. Psicología y medioambiente: Un reto ineludible. **Papeles del psicólogo**, v. 40, n. 3, pp. 161-166. 2019.

LUIZ PINTO, A.; PAREDES, H. A.; SOUSA NETTO, M. C. A presença de uma linha psicológica latino-americana no contexto acadêmico anglo-saxão: a Psicologia da Libertação na **Scopus** (2002-2015). **AWARI**, v. 1, n. 1, pp. 002. 2020.

MADRIGANO, J.; HERNANDEZ, C., C.; SCOTT, R.; STEPHENSON, A.; YOUNGBLOOD, S.; SIDDIQI, G.; GAHLON, A.; HUTTINGER, R.; CHARI, P. Environmental Racism: A Tool for Exploring the Enduring Legacy of **Redlining on Urban Environments**. 2021. doi: https://doi.org/10.7249/tla1456-1

MAKOVI, K.; KASAK-GLIBOFF, H. The effects of ideological value framing and symbolic racism on pro-environmental behavior. **Scientific Reports**, v.11, n.1. 2021.

MANUEL, J.; PITAMA, S.; CLARK, CROWE, M.; CRENGLE, S.; CUNNINGHAM, R.; GIBB, S.; DER, P.; PORTER, R. J.; LACEY, C. **Racism, early psychosis and institutional contact**: a qualitative study of Indigenous experiences. pp. 1–8. 2023. https://doi.org/10.1080/09540261.2023.2188074

MARTINS, L. M. R. RACISMO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA. **Brazilian Journal of Case Reports**, v.2, suppl.3, pp. 605–612. 2022.

MASSOLA, G. M.; CROCHÍK, J. L.; SVARTMAN, B. P. Por uma crítica da divulgação científica. **Psicologia USP**, v. 26, n. 3, pp. 310–315. 2015.

MAYS, P.; BISCHOFF, M.; SCHMIDT, R. Environmental Racism and Natural Disasters: Preparing for a Future Defined by Climate Change. **Journal of Student Research**, v. 10, n. 3. 2021.

MCINTYRE-BREWER, M. S. Environmental racism throughout the history of economic globalization. **AUC Geographica**, v. 54, n. 1, pp. 105-113. 2019.

MEYER, I. H.; SCHWARTZ, S.; FROST, D. M. Social patterning of stress and coping: does disadvantaged social statuses confer more stress and fewer coping resources?. **Social science & medicine**, v. 67, n. 3, pp. 368–379. 2008.

MOHAI, P.; BRYANT, B.I. Environmental Racism: Reviewing the Evidence. **Race and the incidence of environmental risks**. 2019. doi: https://doi.org/10.4324/9780429303661-13

MOORE, A. B. **Environmental racism**: exploring suffering and healing through collective resistance. 2011.

MORRISON, A. C. Black Spatial Affordances and the Residential Ecologies of the Great Migration. **Environment and Society**, v. 13, n. 1, pp. 43–59. 2022.

MILIAUSKAS, C. R.; FAUS, D. P.; DA CRUZ, V. L.; DO NASCIMENTO VALLAPERDE, J. G. R.; JUNGER, W.; LOPES, C. S. Community violence and internalizing mental health symptoms in adolescents: A systematic review. **BMC Psychiatry**, v. 22, n. 1. 2022.

NEUBACHER, D. We Must all Join the Effort to Dismantle Environmental Racism. **Journal of the American Society of Nephrology**, 2021.

NIGRA, A. E. Environmental racism and the need for private well protections. Proceedings of the National Academy of Sciences of the **United States of America**, 2020.

OLIVEIRA, R. M. de S. Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes. **ODEERE**, v. 5, n. 10, pp. 129-156. 2020.

MORENO PARRA, M. Racismo ambiental: muerte lenta y despojo de territorio ancestral afroecuatoriano en Esmeraldas. Íconos - **Revista De Ciencias Sociales**, n. 64, p. 89–109. 2019.

PÉREZ, Ricardo; IBARRA, Pérez; CÉSAR, Octavio; TAPIA-FONLLEM, Fraijo-Sing; BLANCA; Nieblas, Natalia; POGGIO, Lucía. Psychosocial Predispositions Towards Sustainability and Their Relationship with Environmental Identity. **Sustainability**. v. 12. p. 1-13.

PERRY, R. W. Environmental hazards and psychopathology: Linking natural disasters with mental health. **Environmental Management**, v. 7, n. 6, p. 543–551. 1983.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia** (Natal), 1997.

PULIDO, L. A Critical Review Of The Methodology Of Environmental Racism Research. **Antipode**, v. 28, n. 2, pp. 142–159. 1996.

QUADROS W; OGUNWALE, A.; SULE, A. Trauma and mental disorder: multiperspective depictions in Top Boy. Front. **Psychiatry** v.15, 1343435. 2024.

SALAS, R. N. Environmental Racism and Climate Change - Missed Diagnoses.. The New England **Journal of Medicine**, 2021.

SÁNCHEZ, F.; DE FILIPPO, D.; BLANCO, A.; LASCURAIN, M. L. Contribution of Social Psychology Research to the Sustainable Development Goals (SDGs). Bibliometric and Content Analysis of Spanish Publications. **The Spanish Journal of Psychology**, v. *25*, e22. 2022.

SANDERS-PHILLIPS, K.; SETTLES-REAVES, B.; WALKER, D.; BROWNLOW, J. Social inequality and racial discrimination: risk factors for health disparities in children of color. **Pediatrics**, 124 Suppl *3*, S176–S186. 2009.

SOTO, J. A.; DAWSON-ANDOH, N. A.; WITHERSPOON, D. P. An Ecological Approach to Racial Environments and Their Relationship to Mental Health. **Race and Social Problems**, v. 8, n. 3, pp. 209–221. 2016.

SUE, D. W.; CAPODILUPO, C. M.; TORINO, G. C.; BUCCERI, J. M.; HOLDER, A. M.; NADAL, K. L.; ESQUILIN, M. Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. **The American psychologist**, v. 62, n. 4, pp. 271–286. 2007.

WEISS, K.; RATEAU, P. **Psychologie sociale et environnementale**. 2018.

WILLIAMS, D. R. Stress and the Mental Health of Populations of Color: Advancing Our Understanding of Race-related Stressors. **Journal of health and social behavior**, v. 59, n. 4, p. 466–485. 2018.

WILKINS, D.; SCHULZ, A. J. Antiracist Research and Practice for Environmental Health: Implications for **Community Engagement**, v.131, n.5. 2023.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **VOSviewer Manual**. 2018.

VIJ, R. **Types of Disasters**. 2022. https://doi.org/10.1007/978-981-16-9392-2_1

TAKEITI, B. A. et al. Psicossociologia desde a América Latina. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 2, p. 1-8, jun. 2021.